

Flavor Holdings S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Flavor Holdings S.A.
Jundiaí – São Paulo**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Flavor Holdings S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Flavor Holdings S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição de controlada

Veja a Nota 3 e 8.a das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota 3, em 30 de abril de 2025, a Companhia adquiriu o controle acionário da empresa New Time Investimento e Participações S.A. e suas controladas (“adquirida”), cujos efeitos foram mensurados nos termos do pronunciamento técnico CPC 15 – Combinação de negócios. A mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos requer um julgamento significativo e utilização de estimativas na sua determinação na data de aquisição, os quais estão sujeitos a um alto grau de incerteza, pois estão embasados em técnicas de avaliação que requerem definição de premissas como a definição da taxa de desconto, da taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais. Este tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento e às incertezas envolvidas na premissas utilizadas na determinação e alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos, bem como o impacto que eventuais alterações nas premissas pode ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: 1. O entendimento do processo de controles chaves relacionados à determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; 2. Leitura do contrato de compra e venda que formalizou a operação e a aquisição do controle; 3. Análise e avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, que foi produzida com auxílio de especialista externo contratado, na mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; 4. Comparamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções utilizadas no cálculo disponibilizado pela Companhia com dados projetados e históricos, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas; 5. Recalculamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções preparadas que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas; 6. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do período anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e a demonstração das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027612/O-4 F SP



Juliana de Lira Bilachi

Contadora CRC 1SP254945/O-7

Flavor Holdings S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025		Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	38.451	41	42.251		Fornecedores	19	-	-	39.849	
Contas a receber de clientes	10	-	-	97.981		Fornecedores - risco sacado	20	-	-	9.086	
Estoques	11	-	-	41.242		Debêntures, empréstimos e financiamentos	18.a	1.490	-	5.030	
Impostos a recuperar		590	-	2.021		Passivo de arrendamento	18.d	-	-	7.332	
Adiantamento a fornecedores	13	-	-	4.778		Salários, férias e encargos a pagar	23	-	-	11.328	
Pagamentos antecipados		-	-	498		Impostos e contribuições a recolher	21	103	-	13.553	
Outras contas a receber		-	-	2		Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.061	
Total do ativo circulante		39.041	41	188.773		Contas a pagar aquisição	21	-	-	869	
						Outras contas a pagar		61	-	5.009	
Não circulante											
						Total do passivo circulante		1.654	-	95.117	
Aplicações financeiras	3.a	17.206	-	17.206							
Depósitos judiciais	25.a	-	-	55		Não circulante					
Outras contas a receber		2	-	2.892		Debêntures, empréstimos e financiamentos	18.a	50.000	-	56.168	
Impostos a recuperar		-	-	471		Impostos e contribuições a recolher	22	-	-	10.234	
Ativo fiscal diferido	12	2.634	-	8.394		Passivo de arrendamento	18.d	-	-	14.283	
Total realizável a longo prazo		19.842	-	29.018		Provisão para contingências	24	-	-	2.113	
						Contas a pagar aquisição	21	61.760	-	64.657	
Imobilizado	15	-	-	33.826		Total do passivo não circulante		111.760	-	147.455	
Ativo de direito de uso	15	-	-	20.068							
Investimentos	16	286.879	-	-		Total do passivo		113.414	-	242.572	
Intangível	17	-	-	203.255							
Total do ativo não circulante		286.879	-	257.149							
						Patrimônio Líquido	25				
						Capital social		243.937	41	243.937	
						Prejuízos acumulados		(11.589)	-	(11.569)	
						Total do patrimônio líquido		232.348	41	232.368	
Total do ativo		345.762	41	474.940		Total do passivo e patrimônio líquido		345.762	41	474.940	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Flavor Holdings S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Receita	26	-	276.414
Custo das mercadorias vendidas	27	-	(172.272)
Lucro bruto		-	104.142
Despesas gerais e administrativas	28	(4.950)	(64.134)
Despesas com vendas	29	-	(43.616)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	-	3.731
Outras receitas (despesas) líquidas		-	2.109
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(4.950)	2.233
Receita financeira	30	6.050	6.159
Despesa financeira	30	(12.721)	(19.803)
Resultado financeiro líquido		(6.672)	(13.644)
Equivalência patrimonial	16	(2.602)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.223)	(11.412)
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	-	(6.458)
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	2.634	6.281
(Prejuízo) líquido do exercício		(11.589)	(11.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Flavor Holdings S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
(Prejuízo) líquido do exercício	(11.589)	(11.589)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(11.589)</u>	<u>(11.589)</u>
Resultado abrangente total atribuído a		
Acionistas controladores	(11.589)	(11.589)
Acionistas não controladores	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(11.589)</u>	<u>(11.589)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Flavor Holdings S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 21 de agosto de 2024 (não auditado)		-	-	-
Constituição do capital social (não auditado)		<u>41</u>	<u>-</u>	<u>41</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)		41	-	41
Aumento de capital social	24	243.896	-	243.896
Resultado do exercício		-	(11.589)	(11.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>243.937</u>	<u>(11.589)</u>	<u>-</u> <u>232.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Flavor Holdings S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos		(14.223)	-	(11.412)
Ajustes por:				
Provisões para contingências	24.b	-	-	1.091
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	-	-	(3.731)
Provisões dos estoques	11	-	-	809
Depreciação e amortização	15 e 17	-	-	10.365
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	-	5.836
Juros sobre debêntures, financiamentos e passivo de arrendamento	18.d	5.385	-	10.677
Equivalência patrimonial	16	2.602	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		-	-	(21.388)
Estoques		-	-	22
Impostos a recuperar		(590)	-	(919)
Depósitos judiciais		-	-	(55)
Demais ativos		(2.636)	-	9.250
Fornecedores		-	-	(2.049)
Impostos e contribuições a recolher		103	-	(6.119)
Salários, férias e encargos a pagar		-	-	6.869
Demais passivos		167	-	(6.209)
Caixa proveniente das atividades operacionais		(9.192)	-	(6.963)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.585)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(9.192)	-	(12.548)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	15	-	-	(4)
Aumento de capital nas investidas	16	(27.000)	-	-
Aplicação financeira de longo prazo (escrow)	3.a	(17.206)	-	(17.206)
Aquisição de controlada menos o caixa adquirido	3.a	(198.193)	-	(198.190)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(242.399)	-	(215.400)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	25.a	243.896	41	243.896
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	18.d	50.487	-	50.487
Pagamentos de juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e passivo de	18.d	-	-	(8.302)
Pagamentos do principal de debêntures, empréstimos, financiamentos e passivo de	18.d	(4.382)	-	(18.957)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		290.001	41	267.124
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		38.410	41	39.176
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		41	-	3.075
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		38.451	41	42.251
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		38.410	41	39.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Flavor Holdings S.A. (“Companhia”) está constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, e tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como a administração e gestão de investimentos, podendo exercer atividades relacionadas à gestão estratégica, financeira e operacional de suas investidas. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Bandeira Paulista, nº 726 – Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 21 de agosto de 2024 e, até 31 de dezembro de 2024, encontrava-se em fase pré-operacional, não tendo iniciado suas atividades operacionais, financeiras ou de investimento, tampouco incorrido em transações relevantes que impactassem sua posição patrimonial e financeira. Em função do exposto, a Companhia não apresentou receitas, despesas ou resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não havendo, portanto, saldos a serem apresentados na demonstração do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o referido período.

As atividades operacionais da Companhia tiveram início em 30 de abril de 2025, com a aquisição do controle da New Time Investimento e Participações S.A. (nota 3). A adquirida e suas controladas atuam principalmente no segmento de produção e comercialização de produtos alimentícios e serviços relacionados ao setor de alimentação.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas diretas	País origem	31/12/2025
New Time Investimento e Participações S.A.	Brasil	100%
Controladas indiretas		
Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A.	Brasil	100%
Real Master Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda. (sem operação)	Brasil	100%

O saldo consolidado do Grupo inclui os saldos da controlada direta New Time Investimento e Participações S.A., bem como de suas controladas operacionais indiretas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Real Master Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda., que atuam no setor alimentício de fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos e a manipulação e fracionamento de grãos e farináceos.

A Companhia firmou, em 23 de dezembro de 2024, acordo para adquirir o controle por meio da participação acionária da empresa New Time Investimento e Participações S.A. (“New Time”), e em 30 de abril de 2025, obteve o controle da adquirida, conforme nota 3. A adquirida é uma sociedade empresarial anônima, com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rodovia Ananhuera, Km 51, Galpão 2ª, Sala A, Tijuco Preto

3 Aquisição de controlada

Em 30 de abril de 2025, a Companhia adquiriu o controle por meio da aquisição de 100% do capital social da New Time Investimento e Participações S.A. (“New Time”). A New Time é uma holding detentora de 100% do capital das companhias Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. (“Food Brands”), a qual, por sua vez, social é a controladora da Real Master Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda. (“Real Master”), ora em conjunto denominadas “Grupo Food Brands” para fins dessa demonstração financeira.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da New Time e suas controladas, determinados na data de aquisição estão incluídos *inputs*, processos de produção e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio.

O objetivo dessa aquisição consistiu na expansão estratégica do Grupo, por meio da aquisição indireta de operações no segmento alimentício, viabilizando a alocação de capital em ativos operacionais, diversificação do portfólio de investimentos e captura de potenciais sinergias operacionais e financeiras no âmbito consolidado.

Nos oito meses findos em 31 de dezembro de 2025, a adquirida contribuiu com uma receita líquida de R\$ 276.399 e prejuízo de (R\$ 6.964) às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025, a Administração estima que a receita líquida consolidada no exercício seria de R\$ 392.075 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 3.471. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

	Nota
Parcela a vista paga em 30 de abril de 2025	198.193
Parcela a prazo (i)	40.566
Escrow (ii)	16.000
Parcela assessores (iii)	<u>7.722</u>
Total da contraprestação transferida	3.c <u><u>262.481</u></u>

A contraprestação transferida acima, além da parcela paga à vista, se refere:

(i) Parcela a prazo

O pagamento será feito em uma única parcela com prazo em 30 de abril de 2030 (sessenta meses após o closing), e será corrigido monetariamente pelo IPCA até seu pagamento. O saldo dessa parcela a valor justo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 44.304.

(ii) Escrow account

Na data da aquisição, o Grupo reconheceu o valor de R\$ 16.000 como parte da contraprestação transferida, classificada como contraprestação contingente, mensurada ao seu valor justo. O referido montante encontra-se aplicado em conta garantida, sob titularidade dos vendedores, e está sujeito à remuneração conforme as condições financeiras estabelecidas contratualmente.

O montante permanecerá retido pelo prazo de 2 (dois) anos após o *closing* da operação, ou seja, até 30 de abril de 2027. Após este período o montante será liberado anualmente aos vendedores, respeitando a data de *closing* da operação, com vencimento total no prazo de 5 (cinco) anos, desde que não sejam identificadas perdas ou passivos indenizáveis nos termos do contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corrigido é de R\$ 17.456, registrado na rubrica de aplicações financeiras no longo prazo, e no passivo não circulante, contas a pagar aquisição (nota 21).

(iii) Pagamento a assessores dos vendedores

Conforme estabelecido no contrato de aquisição, o Grupo efetuou o pagamento de R\$ 7.722, por conta e ordem dos acionistas vendedores, aos assessores por eles indicados, conforme previsto no contrato de compra e venda.

Em linha com os termos contratuais e a essência econômica da transação, esse montante foi considerado como parte da contraprestação transferida na combinação de negócios, uma vez que representa um pagamento que, substancialmente, beneficia os vendedores no contexto da negociação da aquisição.

A Administração avaliou a natureza do pagamento e concluiu que não se trata de custo de transação do adquirente, mas sim de desembolso que, na essência, compõe o preço de aquisição, não havendo benefício econômico direto ao Grupo decorrente desses serviços

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

		Valor contábil em 30/04/2025	Mais Valia	Total
Caixa e equivalentes de caixa		5.063	-	5.063
Contas a receber de clientes		65.747	-	65.747
Estoques		39.905	-	39.905
Demais ativos circulante		17.538	-	17.538
Ativo fiscal diferido	12	2.112	-	2.112
Imobilizado	15	23.414	11.903	35.317
Ativo de direito de uso	15	13.185	-	13.185
Intangível (*)	16 / 17	32	154.006	154.038
Fornecedores		(49.848)	-	(49.848)
Empréstimos e financiamentos	18	(22.496)	-	(22.496)
Passivo de arrendamento	18	(14.027)	-	(14.027)
Demais passivos circulante		(39.207)	-	(39.207)
Contas a pagar aquisição		(4.345)	-	(4.345)
Provisão para contingências	23	(1.010)	-	(1.010)
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos		40.408	165.909	206.317

(*) A mais valia identificada no Intangível representa mais-valia da carteira de clientes no montante de R\$ 132.009, e mais-valia de Marcas (Kisabor e Billy & Jack) no montante de R\$ 21.997, que foram baseados utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado (*income approach*). A mais-valia da carteira de cliente terá vida útil de 12,8 anos, período no qual deverá ser amortizado e sujeito a teste de recuperabilidade se apresentar evidências de perda por desvalorização durante o exercício, a mais-valia das marcas não possuem vida útil definida, pois não há limite previsível para a geração de benefícios econômicos.

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos | Técnica de avaliação

Imobilizado

Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. Através da avaliação foi identificado a mais-valia de imobilizados no montante de R\$ 11.903 (nota 15).

Carteira de clientes

Método *multi-period excess earnings (MPEEM)*: a avaliação da carteira de clientes considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos futuros esperados das relações com clientes existentes na data da aquisição, excluindo fluxos relacionados à captação de novos clientes, sendo as projeções baseadas na receita da base atual ajustada por inflação e taxa de *churn*, com margens operacionais alinhadas ao orçamento da Administração.

Foram considerados encargos contributórios (*contributory asset charges – CAC*) sobre os ativos utilizados na geração dos fluxos de caixa, incluindo capital de giro e imobilizado, com base em retornos compatíveis com o custo de capital do Grupo, sendo os fluxos descontados por taxa compatível com o risco do ativo e a vida útil estimada com base no período esperado de geração

de benefícios econômicos. Foi calculado e identificado carteira de clientes e sua mais valia de R\$ 132.009 (nota 17).

Marcas

Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos de contribuição. Através da avaliação foi identificado as marcas Kisabor e Billy & Jack e sua mais valia no montante de R\$ 21.997 (nota 17).

c. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	Nota	31/12/2025
Contraprestação transferida	3.a	262.481
Valor justo dos ativos identificáveis e passivos assumidos, líquido	3.b	(206.317)
Total do ágio (nota 17 e 16)		56.164

O ágio contábil determinado acima representa a diferença entre o valor dos ativos líquidos transferidos a valor justo comparado com o valor de aquisição. O ágio está registrado nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, e nas demonstrações financeiras consolidadas como ativo intangível.

O ágio é atribuído principalmente à aquisição do Grupo Food Brands e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio do Grupo. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social, uma vez que, a Administração tem a intenção de incorporar a adquirida em um futuro previsível.

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 11.448 referentes a honorários de consultoria e custos de *due diligence*. Os honorários com consultoria e os custos de *due diligence* foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez estimativas e julgamentos sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 20: Operações de cessão de crédito: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo e com os compromissos, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas 8.d e 26 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota explicativa 10 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da perda esperada;

Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões para processos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota explicativa 3 – aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas: 3 (aquisição de controlada) e 32 (instrumentos financeiros).

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens mensurados pelo valor justo.

8 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis, descritas abaixo, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos, atendem a definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registrados no resultado do exercício.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A relação das controladas e seus respectivos percentuais de participação, utilizados para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na nota explicativa nº 2.

Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda, originado pela perda de controle, é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos e perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Para ser classificada como uma entidade controlada, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direitos aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários, denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários, que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários, que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras, resultantes da conversão, são reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, que geralmente coincide com a emissão da nota fiscal e entrega do produto. Elas devem ser pagas em prazo pre acordado com o cliente, com prazo médio de 50 dias. A Companhia possui política comercial de investimento em clientes então podem ocorrer descontos no valor dos produtos com base no volume de venda aos clientes, conforme estabelecido em termos contratuais.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos dos produtos. Nessas circunstâncias, uma provisão de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O Grupo reconhece receitas de contratos de clientes referentes a venda de produtos quando:

- (i) Com base na identificação de contrato com cliente incluindo a determinação de que as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) Na identificação das obrigações de desempenho incluindo quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos e à medida que o Grupo satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente;
- (iii) Quando as partes puderem determinar o preço da transação e quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

d. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação presente - legal ou construtiva - de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e caso a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não tem benefícios de longo prazo.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício (corrente e diferido) são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade normal de operação

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos ***futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.***

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pela taxa de vida útil e prazo do contrato com clientes e de locação, no menor prazo entre eles.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Carteira de clientes

Carteira de clientes, identificada em combinações de negócios, é amortizada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada e testada para redução ao valor recuperável quando aplicável.

Marcas

Marcas Kisabor e Billy & Jack, advindas da combinação de negócios, possuem vida útil indefinida e é submetida, no mínimo anualmente, ao teste de redução ao valor recuperável, ou sempre que houver indícios de perda.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio e marcas e patentes não são amortizados.

As vidas úteis estimadas do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Carteira de clientes

12,8 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - classificação, mensuração, ganhos e perdas.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

l. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas estimadas para os títulos a receber de seus clientes são mensuradas a partir da experiência real de perda de crédito dos últimos anos. O Grupo tem como prática analisar recorrentemente a situação financeira e patrimonial de seus clientes, bem como acompanhar periodicamente os títulos em aberto, bem como analisar o atual cenário de inadimplência no país.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas de crédito esperadas e o *aging list* do contas a receber de clientes estão divulgadas na nota 10.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso.

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada.

Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata temporis.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Processos judiciais

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é provável que o Grupo será obrigado a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados as várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pelo Grupo, relativos às disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(ii) Provisão para bônus

O Grupo possui programa de remuneração variável destinado a determinados executivos e colaboradores, cujo pagamento está vinculado ao desempenho operacional. O valor do bônus é definido com base em um montante fixo previamente estabelecido e ajustado de acordo com o percentual de atingimento das metas.

A despesa com bônus é reconhecida no resultado, sendo o cálculo com base no período em que os serviços são prestados pelos colaboradores, com base na melhor estimativa da Administração quanto ao grau de atingimento das metas estabelecidas, sendo registrada como passivo até o momento de sua liquidação.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 8 (a)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “Outros”.

B. Outras normas contábeis

Não se espera que a norma nova e alterada Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

q. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

9 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras se referem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas com média de 50% em 31 de dezembro de 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025
Caixa e bancos	1	41	13
Aplicações financeiras	38.450	-	42.238
Total de caixa e equivalente de caixa	38.451	41	42.251

10 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>
	31/12/2025
Circulante	
No País	<u>117.009</u>
	<u>117.009</u>
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(1.014)
(-) Provisão para devoluções contratuais	(4.479)
(-) Provisão descontos comerciais	(3.631)
(-) Cut-off (produtos faturados e não entregues)	<u>(9.904)</u>
	<u>97.981</u>

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável e provisão para devoluções

O quadro a seguir resume os saldos de contas a receber de clientes e ativos de contrato por vencimento e as respectivas provisões para devoluções e para perda estimada:

	<u>Consolidado</u>				
	Saldo contábil bruto	Provisão para devoluções	Saldo contábil líquido da provisão para devoluções	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Créditos a vencer	103.905	(318)	103.558	(105)	Não
Créditos em atraso até 60 dias	2.963	(157)	2.806	-	Não
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	446	(338)	108	-	Não
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	886	(456)	431	(177)	Sim
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.551	(1.448)	2.102	(305)	Sim
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>5.258</u>	<u>(1.762)</u>	<u>3.497</u>	<u>(427)</u>	<u>Sim</u>
	<u>117.009</u>	<u>(4.479)</u>	<u>112.502</u>	<u>(1.014)</u>	

Os critérios adotados pelo Grupo para o cálculo da provisão de perdas por redução ao valor recuperável levam em consideração o risco de crédito da carteira de clientes, bem como o histórico de recebimento de títulos em atraso.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes, está divulgada na nota explicativa 32 (ii).

Demonstramos a seguir a movimentação das provisões e do cut-off relacionados ao contas a receber de clientes no exercício (consolidado):

	Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	Provisão para devoluções contratuais	Provisão descontos comerciais	Cut-off (produtos faturados e não entregues)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-	-	-	-
Combinação de negócios	(5.144)	(1.479)	-	(15.130)
Adição	(260)	(4.346)	(3.631)	(15.878)
Baixa	3.991	1.346	-	21.504
Baixa efetiva de títulos	399	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.014)	(4.479)	(3.631)	(9.904)

11 Estoques

	Consolidado
	31/12/2025
Matéria prima e materiais de consumo	18.614
Produtos acabados	15.464
Materiais em trânsito	4.801
Produtos em elaboração	804
Materiais de manutenção e outros	945
Estoque em poder de terceiros	614
	41.242

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques de matéria prima e materiais de consumo estão apresentados líquidos de provisão para perdas, estas perdas referem-se a perda estimada do processo de inventário, referente a problemas de qualidade, material fora da especificação e obsolescência no valor de R\$ 809 no consolidado.

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro 2025	-
Adição	809
Estorno	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	809

12 Impostos diferidos

Ativo fiscal diferido

A composição e a movimentação do ativo fiscal diferido líquido estão assim demonstradas:

Controladora						
Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Saldo da base em 01/01/2025	Reconhecidos na combinação de negócios	Reconhecidos no resultado	Saldo da base em 31/12/2025	Valor líquido	Passivo fiscal diferido	Ativo fiscal diferido
Amortização da mais valia (Imobilizados)	-	800	800	272	-	272
Amortização da mais valia (Carteira de clientes)	-	6.948	6.948	2.362	-	2.362
Impostos líquido passivo (ativo)	-	7.748	7.748	2.634	-	2.634

Consolidado						
Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Saldo da base em 01/01/2025	Reconhecidos na combinação de negócios (nota 3)	Reconhecidos no resultado	Saldo da base em 31/12/2025	Valor líquido	Passivo fiscal diferido	Ativo fiscal diferido
Provisão desconto contratual	-	-	3.631	3.631	1.235	1.235
Provisão incentivos comerciais, fretes e comissão	-	-	4.107	4.107	1.396	1.396
PLR	-	-	87	87	30	30
Receita de indenizações	-	-	(2.307)	(2.307)	(784)	-
Bônus	-	-	4.789	4.789	1.628	1.628
Estoques	-	(1.223)	809	(414)	(141)	-
Provisão devolução vendas	-	-	1.732	1.732	589	589
Ajuste cut-off líquido	-	8.457	(4.422)	1.372	-	1.372
Provisão vendas	-	-	186	63	-	63
Contingências	-	(1.021)	2.113	371	-	371
Amortização da mais valia (Imobilizados)	-	-	800	272	-	272
Amortização da mais valia (Carteira de clientes)	-	-	6.948	2.362	-	2.362
Impostos líquido passivo (ativo)	-	6.213	18.473	8.393	(925)	9.318

13 Adiantamento à fornecedores

	<u>Consolidado</u>
	31/12/2025
Adiantamentos a fornecedores	4.778
Total	<u>4.778</u>

14 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

As ações da Companhia são distribuídas entre as Empresas ALAOF V Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia Responsabilidade Limitada e Flavor Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ambas empresas são controladas e tem como controlador final a Acon Investimentos.

b. Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui sócios, conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora (*)</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2025	31/12/2025
Honorários da diretoria	-	7.510
	<u>-</u>	<u>7.510</u>

(*) As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração, incorridas no nível da Controladora, são rateadas entre suas controladas, não havendo valores adicionais a serem divulgados individualmente nas demonstrações financeiras.

15 Imobilizado e ativo de direito de uso

a. Composição do imobilizado e do ativo de direito de uso

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	1.309	(108)	1.201
Benfeitorias em imóveis de terceiros	740	(178)	562
Máquinas e equipamentos	21.592	(2.202)	19.390
Móveis e utensílios	1.697	(128)	1.569
Veículos	3	(2)	1
Mais valia - máquinas e equipamentos	10.795	(720)	10.076
Mais valia - móveis e utensílios	1.004	(67)	937
Mais valia - equipamentos de informática	104	(14)	90
Total do custo do imobilizado	37.244	(3.419)	33.826
Ativo direito de uso			
Imóveis	25.512	(5.444)	20.068
Total do custo de direito de uso	25.512	(5.444)	20.068
Total do custo do imobilizado e direito de uso	62.756	(8.863)	53.894

b. Movimentação do custo

	Consolidado				
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições	Adições por combinação de negócios (nota 3.b)	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Instalações	-	296	1.013	-	1.309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	81	659	-	740
Máquinas e equipamentos	-	1.490	20.102	-	21.592
Móveis e utensílios	-	60	1.637	-	1.697
Veículos	-	-	3	-	3
Mais valia - maquinas e equipamentos	-	-	10.795	-	10.795
Mais valia - móveis e utensílios	-	-	1.004	-	1.004
Mais valia - equipamentos de informática	-	-	104	-	104
Total do ativo imobilizado	-	1.927	35.317	-	37.244
Ativo direito de uso					
Imóveis	-	6.883	13.185	-	20.068
Total do ativo direito de uso	-	6.883	13.185	-	20.068
Total do custo	-	8.810	48.502	-	57.313

(*) As adições do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 1.923 no consolidado constam em aberto (a pagar) e estão apresentadas na rubrica de fornecedores. Portanto o saldo das aquisições está apresentado líquido no fluxo de caixa.

c. Movimentação da depreciação acumulada

		Consolidado			
	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Instalações	10	-	(108)	-	(108)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	-	(178)	-	(178)
Máquinas e equipamentos	10	-	(2.202)	-	(2.202)
Móveis e utensílios	10	-	(128)	-	(128)
Veículos	20	-	(2)	-	(2)
Mais valia - máquinas e equipamentos	10	-	(720)	-	(720)
Mais valia - móveis e utensílios	10	-	(67)	-	(67)
Mais valia - equipamentos de informática	20	-	(14)	-	(14)
Total da depreciação acumulada do ativo imobilizado		-	(3.419)	-	(3.419)
Ativo direito de uso					
Imóveis		-	(5.836)	7.681	1.845
Total da depreciação acumulada do ativo direito de uso		-	(5.836)	7.681	1.845
Total da depreciação acumulada		-	(9.255)	7.681	(1.574)

O Grupo não identificou indicativos, internos ou externos, que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, portanto, não procedeu aos testes de redução ao valor recuperável dos ativos.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a imóveis arrendados não atendem à definição de propriedade para investimento e estão apresentados separadamente no balanço e atendem ao critério de ativo imobilizado. Os imóveis são depreciados pelo prazo de contrato de arrendamento.

Os arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pelo Grupo até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Administração procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de prorrogação são exercíveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de prorrogação. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

A Administração estimou que os potenciais pagamentos futuros de arrendamento, se decidir por exercer a opção de prorrogação, não resultariam em um aumento do passivo de arrendamento relevante.

16 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>
	31/12/2025
Controlada direta	
New Time Investimento e Participações S.A.	286.879
	<u>286.879</u>
Demonstramos abaixo a movimentação dos saldos em 2025:	
Em 1º de janeiro de 2025	-
Patrimônio líquido da controlada na data aquisição em 30 de abril de 2025	40.408
Mais valia da carteira de clientes (nota 3)	132.009
Mais valia da marca (nota 3)	21.997
Mais valia do imobilizado (nota 3)	11.903
Ágio de aquisição (nota 3.c)	56.164
	<u>262.481</u>
Total	262.481
Resultado de equivalência (maio a dezembro de 2025)	5.146
(-) Amortização mais valia	(7.748)
	<u>(2.602)</u>
Total do resultado da equivalência patrimonial	(2.602)
Aporte de capital realizado em maio de 2025, mediante integralização em recursos financeiros	27.000
	<u>286.879</u>
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	286.879

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em controladas. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Controlada direta		31.12.2025										
		Participação	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida (*)	Resultado líquido (*)	MEP	Amortização o mais valia	Total do MEP e amortização da mais valia
New Time Investimento e Participações S.A.		100,00%	21	72.724	(191)	-	(72.554)	-	5.146	5.146	(7.748)	(2.602)
									5.146	5.146	(7.748)	(2.602)
Controladas indiretas		31.12.2025										
		Participação indireta	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida (*)	Resultado líquido (*)			
Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A.		100,00%	174.490	51.911	(111.226)	(42.451)	(72.724)	276.414	5.304			
Real Master Industria e Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda. (**)		100,00%	497	89	(3.322)	(10.234)	12.970	-	(3.975)			
									1.329			

(*) As contas de resultado foram consolidadas considerando o período de 8 meses de maio a dezembro de 2025

(**) Em 2024, a Food Brands assumiu a operação da marca “Natus”, anteriormente conduzida pela investida Real Master Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda. Após essa reorganização operacional, a Real Master passou a não possuir mais atividades operacionais, mantendo apenas saldos residuais de ativos e passivos, sendo o saldo de passivos constituídos por parcelamentos tributários. Em maio de 2025 a controlada Food Brands aportou capital no montante de R\$ 12.501, para cumprir com obrigações tributárias e contingências da controlada

17 Intangível

a. Composição do intangível

	Consolidado		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida			
Carteira de clientes	132.009	(6.948)	125.061
Vida útil indefinida			
Marcas e patentes	32	-	32
Patentes e marcas registradas	21.997	-	21.997
Ágio por rentabilidade futura	56.164	-	56.164
	210.202	(6.948)	203.254

b. Movimentação do custo

	Saldo em 1o de janeiro de 2025	Adições	Combinação de negócios (nota 3)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Vida útil definida				
Carteira de clientes	-	-	132.009	132.009
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	-	-	32	32
Marcas registradas	-	-	21.997	21.997
Ágio por rentabilidade futura	-	-	56.164	56.164
Total do custo do intangível	-	-	210.202	210.202

c. Movimentação da amortização

		Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 1o de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Carteira de clientes	12,8 anos	-	(6.948)	-	(6.948)
Total da amortização acumulada		-	(6.948)	-	(6.948)

d. Teste por redução ao valor recuperável

No encerramento do exercício, a Administração avalia a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, incluindo o ágio, marcas e as mais-valias atribuídas à carteira de clientes e ao ativo imobilizado, reconhecidos na aquisição de negócios da New Time Investimento e Participações S.A. e de suas controladas indiretas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Real Master Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda.

Considerando que a aquisição foi concluída em 30 de abril de 2025, bem como o curto período decorrido até a data-base e o desempenho operacional das unidades adquiridas, a Administração não identificou indicadores de perda no valor recuperável desses ativos. Adicionalmente, análises internas baseadas em projeções de fluxos de caixa indicam que o valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) excede seus respectivos valores contábeis. Dessa forma, não foram reconhecidas e nem identificadas perdas por *impairment* no exercício, não tendo sido identificado indício de desvalorização do ágio alocado às UGCs.

18 Debêntures, empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

a. Debêntures, empréstimos e financiamentos

Os termos e condições das debêntures, empréstimos e financiamentos em aberto foram os seguintes (controladora e consolidado):

					<u>Controladora</u>
					<u>31/12/2025</u>
Modalidade	Moeda	Taxa de juro nominal	Vencimento final	Valor contábil	
Debêntures	R\$	100% CDI+2,90% a.a.	2030	51.490	
Total					<u>51.490</u>
Parcela classificada no passivo circulante					<u>1.490</u>
Parcela classificada no passivo não circulante					<u>50.000</u>
					<u>Consolidado</u>
					<u>31/12/2025</u>
Modalidade	Moeda	Taxa de juro nominal	Vencimento final	Valor contábil	
Debêntures	R\$	100% CDI+2,90% a.a.	2030	51.490	
Finame	R\$	100% CDI+3,04% a.a.	2029	9.238	
Capital de Giro	R\$	até 4,0% a.a.	2026	470	
Total					<u>61.198</u>
Parcela classificada no passivo circulante					<u>5.030</u>
Parcela classificada no passivo não circulante					<u>56.168</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida em longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2027	2028	2029	2030	Total
Debêntures	14.286	14.286	14.286	7.143	50.000
	14.286	14.286	14.286	7.143	50.000

	Consolidado				
	2027	2028	2029	2030	Total
Debêntures e Finame	16.554	17.375	15.097	7.143	56.168
	16.554	17.375	15.097	7.143	56.168

b. Cláusulas restritivas (covenants)

As principais cláusulas de *covenants* atreladas aos contratos são:

- Inadimplência e prestação de informações da Companhia junto ao banco;
- Alteração na composição acionária e controle da Companhia;
- Início de processos de recuperação judicial e falência e divulgação de aspecto financeiros e econômicos que possam vir a ter impacto relevante sobre a operação da Companhia.
- O contrato de debêntures apresenta cláusulas de vencimento antecipado que estão atrelados aos índices financeiros e não financeiros para o período, mantendo a relação dívida líquida/EBITDA iniciando em 4,0 vezes em 2025, 3,5 vezes em 2026, 3,0 vezes em 2027 e 2,5 vezes até o final do contrato que será em abril de 2030.
- Os contratos de empréstimos e financiamentos com as instituições financeiras Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Itaú Unibanco S.A., Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Banco do Brasil S.A., estabelecem cláusulas restritivas relacionadas, entre outros aspectos, à manutenção da estrutura de controle societário.
- Essas cláusulas preveem a possibilidade de vencimento antecipado das obrigações em caso de transferência do controle direto ou indireto, bem como em situações de alteração relevante na composição do capital social, sem a prévia anuência das respectivas instituições financeiras.

- Em 30 de abril de 2025, ocorreu a aquisição do controle societário da New Time pela Flavor Holdings S.A. (conforme nota 3). Previamente à conclusão dessa transação, a adquirida obteve das instituições financeiras credoras as respectivas autorizações formais (*waivers*) para a alteração do controle societário, de forma que não houve caracterização de evento de vencimento antecipado das operações de crédito.
- As garantias concedidas estão assim representadas:
- A debênture conta com garantia real por meio de alienação fiduciária das ações da New Time Investimento e Participações S.A., transferidas à Emissora no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Ações. A garantia será formalizada por meio de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, com registro no competente cartório de títulos e documentos.
- Os avalistas prestam fiança em favor do Finame e Capital de giro, representados pelo agente fiduciário, obrigando-se, solidariamente, por todos os valores e encargos devidos referentes ao Finame e Capital de giro.
- Os avalistas declaram ser principais pagadores pelo total da dívida oriunda do Finame e Capital de giro, o qual inclui o valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios e dos encargos.

c. Debêntures

Em 3 de abril de 2025, a Companhia assinou com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. um contrato de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, no montante de R\$ 50.000. O cronograma de amortização ocorrerá de forma semestral, a partir do 24º mês, com vencimento final em 28 de abril de 2030.

Cada debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI acrescidos de um spread de 2,90% ao ano para o contrato de R\$ 50.000.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da emissão foram destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da New Time, conforme previsto na cláusula de destinação dos recursos da escritura de emissão, no contexto da operação de aquisição societária realizada pela Emissora.

Durante todo o prazo da operação, a Companhia permanece obrigada ao cumprimento das cláusulas restritivas, manutenção das garantias e prestação de informações periódicas ao agente fiduciário, conforme estabelecido na escritura de emissão e demais documentos da operação.

d. Passivos de arrendamento

As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado
	31/12/2025
Em 2026	4.427
Em 2027	5.118
Em 2028	5.623
Em 2029	5.328
Em 2030	1.119
Total	21.615
Circulante	7.332
Não circulante	14.283
Total	21.615

A taxa aplicada pelo Grupo foi de 14,50% a.a., para os contratos de móveis e imóveis em 2025 com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito).

e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora		Consolidado		
	Passivos		Passivos		
	Empréstimos e financiamentos	Total	Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamentos	Total
Saldo 30 de janeiro de 2025	-	-	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	50.487	50.487	50.487	-	50.487
Juros pagos	-	-	(5.423)	(2.879)	(8.302)
Pagamento do principal de debêntures, empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	(4.382)	(4.382)	(14.159)	(4.798)	(18.957)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	46.105	46.105	30.905	(7.677)	23.228
Ajustes do resultado					
Despesa com juros	5.385	5.385	7.798	2.879	10.677
Outras variações – relacionadas com passivos					
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	12.385	12.385
Combinação de negócios (nota 3.b)	-	-	22.496	14.027	36.523
Total das outras variações relacionadas com passivos	5.385	5.385	30.294	29.291	59.585
Saldo em 31 de dezembro de 2025	51.490	51.490	61.199	21.614	82.813

19 Fornecedores

	Consolidado
	31/12/2025
Fornecedores nacionais	39.849
	39.849

20 Fornecedores – risco sacado

	Consolidado
	31/12/2025
Risco sacado	9.086
	9.086

O Grupo participa de um contrato de financiamento da cadeia de suprimentos, referentes a compra de bens ou serviços, relacionados a operações de *Reverse Factoring* (Risco Sacado), no qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber do Grupo. Nos termos do acordo, um banco concorda em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pelo Grupo e recebe liquidação do Grupo em uma data posterior. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pelo Grupo a um banco antes da data de vencimento

Da perspectiva do Grupo, o acordo não estende significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não estão participando. O Grupo não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores.

Portanto, o Grupo divulga os valores contabilizados em linha específica no balanço de “Fornecedores - risco sacado”, porque a natureza do passivo financeiro permanece as mesmas de fornecedores ou de outras contas a pagar, e estão classificadas como circulante em 31 de dezembro de 2025.

Os pagamentos ao banco estão incluídos nos fluxos de caixa operacionais e são consideradas transações não caixas, porque pela avaliação da Administração continuam a fazer parte do ciclo operacional do Grupo e sua natureza principal permanece. Segue informações qualitativas das operações:

	Consolidado
	31/12/2025
<i>Valor contábil dos passivos financeiros</i>	9.086
<i>Distribuição da base de fornecedores</i>	
Total de fornecedores	490
Total de fornecedores – Risco Sacado	14
<i>Prazo médio de vencimento dos pagamentos</i>	
Fornecedores com operações de risco sacado	87
Fornecedores que não fazem parte das operações de risco sacado	93

21 Contas a pagar aquisição

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Conta a pagar aquisição	44.304	48.070
<i>Escrow</i>	17.456	17.456
	61.760	65.526
 Parcela classificada no passivo circulante	 -	 869
 Parcela classificada no passivo não circulante	 61.760	 64.657

Controladora						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025		Adição	Correção monetária	Saldo em 1º de dezembro de 2025	
Contas a pagar aquisição	-		40.566	3.738		44.304
Consolidado						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adição	Adições por combinação de negócios	Correção monetária	Pagamento	Saldo em 1º de dezembro de 2025
Contas a pagar aquisição	-	40.566	4.345	3.738	(579)	48.070

22 Impostos e contribuições a recolher

Controladora		
31/12/2025		
	Circulante	Total
COFINS a recolher	53	53
PIS a recolher	9	9
Outros	41	41
	103	103

Consolidado			
31/12/2025			
	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recolher	5.625	-	5.625
COFINS a recolher	2.158	-	2.158
PIS a recolher	521	-	521
Parcelamento ICMS	4.637	10.176	14.813
Parcelamento PIS e COFINS	-	58	58
Parcelamento INSS	208	-	208
Outros	404	-	404
	13.553	10.234	23.787

23 Salários, férias e encargos a pagar

	Consolidado
	31/12/2025
Provisão de férias e encargos	3.653
INSS a recolher	947
Salários a pagar	1.362
FGTS a recolher	284
Provisão PLR	87
Provisão bônus	4.789
Outros	206
	11.328

Demonstramos abaixo a movimentação da provisão de PLR e bônus a pagar:

	PLR
Saldo em 1o de janeiro de 2025	-
Provisão	(87)
Estorno de provisão	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	(87)

	Bônus a pagar
Saldo em 1o de janeiro de 2025	-
Provisão	(4.789)
Estorno de provisão	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	(4.789)

24 Provisão para processos e depósitos judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Composição dos processos e depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais
Provisões trabalhistas	55	2.113
Total	55	2.113

b. Movimentação da provisão para processos

	Consolidado			
	01/01/2025	31/12/2025		
	Saldo inicial	Adições por combinação de negócios (nota 3.b)	Adição	Saldo Final
Provisões trabalhistas	-	1.010	1.103	2.113
	-	1.010	1.103	2.113

Os principais processos provisionados apresentados acima, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável, em 31 de dezembro de 2025, referem-se predominantemente a ações de natureza trabalhista, decorrentes de demandas comuns ao setor de atuação do Grupo.

c. Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado			
	01/01/2025	31/12/2025		
	Saldo inicial	Adições por combinação de negócios (nota 3.b)	Adição	Saldo Final
Provisões trabalhistas	-	-	55	55
	-	-	55	55

d. Processos com perdas possíveis

Processos com perdas possíveis

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 1.728 no consolidado, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem sua contabilização, que são principalmente relacionados a reclamações trabalhistas.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia foi constituída em 21 de agosto de 2024 com capital social inicial de R\$ 41, mantendo este montante até sua fase pré-operacional.

Foi realizando o aporte de capital no montante total de R\$ 243.896 no exercício de 2025, passando o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, para o montante R\$ 243.937 em 31 de dezembro de 2025, a integralização do capital ocorreu por meio de aporte financeiro a Companhia pelos seus acionistas no exercício de 2025.

Abaixo estão demonstradas as ações ordinárias do capital social subscrito e integralizado da Companhia:

	2025	
	Total de ações	Valor do capital social subscrito
ALAOF V Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia Responsabilidade Limitada	189.782.864	189.783
Flavor Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	54.154.200	54.154
	243.937.064	243.937

b. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos como aquisições e de capital de giro.

c. Dividendos

O Estatuto da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 0,01%. A Administração propõe a retenção do lucro do exercício para financiamento das operações e execução do plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado pe

26 Receita de vendas

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado
	31/12/2025 (*)
Receita bruta interna	424.697
Receita bruta externa	887
	425.584
Menos	
Impostos sobre vendas	(91.167)
Devoluções e abatimentos	(21.595)
Incentivos comerciais	(36.408)
Total de receita líquida	276.414

(*) As contas de resultado foram consolidadas considerando o período de 8 meses de maio a dezembro de 2025

27 Custos das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado
	31/12/2025 (*)
Matéria-prima e materiais diversos	146.050
Pessoal e benefícios	12.635
Utilidades e serviços	7.225
Depreciação	5.689
Locação de máquinas e equipamentos	660
Frete	13
Total dos custos das vendas	172.272

(*) As contas de resultado foram consolidadas considerando o período de 8 meses de maio a dezembro de 2025

28 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025 (*)
Pessoal e benefícios	-	33.273
Serviço de terceiros	4.814	18.522
Depreciação	-	616
Amortização mais valia	-	7.748
Serviço e material de informática	-	1.277
Outras despesas gerais	136	2.697
Total das despesas gerais e administrativas	4.950	64.134

(*) As contas de resultado foram consolidadas considerando o período de 8 meses de maio a dezembro de 2025

29 Despesas com vendas e distribuição

	Consolidado
	31/12/2025 (*)
Fretes	23.630
Representação comercial	12.113
Propaganda e publicidade	5.554
Aluguéis de equipamentos	719
Pessoal e benefícios	294
Outras despesas com vendas gerais	1.305
Total das despesas com vendas e distribuição	43.616

(*) As contas de resultado foram consolidadas considerando o período de 8 meses de maio a dezembro de 2025

30 Resultado financeiro líquido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	6.050	6.088
Outras receitas financeiras	-	71
Total de receitas financeiras	6.050	6.159
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.385)	(10.535)
Juros/multa de parcelamentos tributários e outros	(5.698)	(5.940)
Outras despesas financeiras	(1.638)	(3.328)
Total de despesas financeiras	(12.721)	(19.803)
Total do resultado financeiro líquido	(6.671)	(13.644)

31 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Resultado antes dos impostos	(14.223)	(14.109)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.386)	(3.880)
Adições/exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	1.750	3.119
Outros	5.720	584
Total	2.634	2.457
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(6.458)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.634	6.281
Total da (despesa) com imposto de renda e contribuição social	2.634	(177)
Alíquota efetiva de IR e CS	19%	(2%)

32 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos para assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

Controladora			
		Valor contábil	Valor justo
	Hierarquia de valor justo	2025	2025
Ativo			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes (nota 10)		-	-
Aplicações financeiras (nota 9)	Nível 2	38.450	38.450
Caixa e bancos (nota 9)		1	1
Outras contas a receber		2	2
		38.453	38.453

Controladora			
		Valor contábil	Valor justo
	Hierarquia de valor justo	2025	2025
Passivo			
Custo amortizado			
Financiamentos e empréstimos (nota 18)	Nível 2	51.490	51.490
Contas a pagar aquisição		61.760	61.760
Outras contas a pagar		61	61
		113.311	113.311

Consolidado			
		Valor contábil	Valor justo
	Hierarquia de valor justo	2025	2025
Ativo			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes (nota 10)		97.981	97.981
Aplicações financeiras (nota 9)	Nível 2	42.238	42.238
Caixa e bancos (nota 9)		13	13
Adiantamento a fornecedores		4.778	4.778
Outras contas a receber		2.895	2.895
		147.905	147.905

Consolidado			
		Valor contábil	Valor justo
	Hierarquia de valor justo	2025	2025
Passivo			
Custo amortizado			
Fornecedores (nota 19)		39.849	39.849
Fornecedores – risco sacado (nota 20)		9.086	9.086
Financiamentos e empréstimos (nota .18)	Nível 2	61.198	61.198
Contas a pagar aquisição		65.715	65.715
Outras contas a pagar		4.819	4.819
		180.667	180.667

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 - Mensuração do valor justo, o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos do Grupo.

Os instrumentos financeiros classificados como Financiamento e empréstimos, e Aplicações financeiras são mensurados ao valor justo com base em técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado, sendo, portanto, enquadrados no nível 2. A mensuração considera, substancialmente, o desconto dos fluxos de caixa futuros contratuais por taxas que refletem as condições de mercado vigentes na data-base, incluindo curvas de juros, spreads de crédito e demais variáveis observáveis para instrumentos com características e prazos similares. Não são utilizados dados relevantes não observáveis na determinação desses valores, razão pela qual tais instrumentos não são classificados no nível 3.

O Grupo tem a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros com reporte diretamente ao Diretor Administrativo Financeiro.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o Gerente Financeiro analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os instrumentos financeiros significativos como o caixa e equivalentes de caixa, o contas a receber de clientes, o mútuo a receber e o contas a pagar para fornecedores já estavam próximos de seus respectivos valores de mercado.

33 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Grupo estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta para elaboração de contrato e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados a cada renovação contratual.

O Grupo possui uma taxa de retenção de mais de 99% e historicamente apresenta níveis muito baixos de clientes com problemas de recuperação. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo sua área geográfica, setor, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber e a metodologia das taxas de perda estão demonstrados na nota explicativa nº 10.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A carteira de cliente do Grupo é bastante pulverizada, e em 31 de dezembro de 2025 o maior cliente representa 16,06% do faturamento total do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte foi:

Ativo	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Contas a receber de clientes (nota 10)	-	97.981
Aplicações financeiras (nota 9)	38.450	42.238
Caixa e bancos (nota 9)	1	13
Adiantamento a fornecedores	-	4.778
Outras contas a receber	2	2.895
	38.453	147.905

A Administração do Grupo não identificou risco de créditos nos demais instrumentos financeiros ativos.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 38.450 na controladora e R\$ 42.251 no consolidado em 31 de dezembro de 2025. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem rating entre AA- e AA+ (nota explicativa nº 9).

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo que trabalha fortemente na revisão de seus contratos, visando a reajustes necessários e renegociando dívidas para melhorar seus índices financeiros.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa altamente negociável a um montante em excesso às saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que não “fornecedores”).

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”. Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes do “Contas a receber de clientes” com vencimento dentro de dois meses foram de R\$ 87.511 na controladora e no consolidado. Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. Abaixo os saldos expostos ao risco de liquidez em 31 de dezembro de 2025:

Controladora				
Passivos	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos
Fornecedores (nota 19)	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 18)	51.490	51.490	1.490	50.000
Passivo de arrendamento (nota 18)	-	-	-	-
Contas a pagar aquisição	61.760	61.760	-	61.760
Outras contas a pagar	61	61	61	-
	113.311	113.311	1.551	111.760
Consolidado				
Passivos	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos
Fornecedores (nota 19)	39.849	39.849	39.849	-
Fornecedores – risco sacado (nota 20)	9.086	9.086	9.086	-
Financiamentos e empréstimos (nota 18)	61.198	61.198	11.198	50.000
Passivo de arrendamento (nota 18)	21.614	21.614	4.427	17.188
Contas a pagar aquisição	65.715	65.715	69.340	-
Outras contas a pagar	4.819	4.819	4.819	-
	202.281	202.281	138.719	67.188

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade da exposição ao risco do Grupo incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco a taxas de juros

O Grupo adota como política garantir que sua exposição à taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Isso é atingido em parte pela contratação de instrumentos com taxas pré-fixadas e em parte pela tomada de empréstimos a taxas pós-fixadas, com a utilização de swaps de taxas de juros como hedges de variação no fluxo de caixa atribuível a mudanças na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

O Grupo está sujeita a riscos e oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e juros ativos sobre aplicações financeiras. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. O cenário provável adotado, reflete a taxa básica de juros da economia brasileira vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2026.

Consideramos projeções de mercado das taxas futuras para simular uma possível variação e utilizamos a expectativa das taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026 de acordo com o Boletim Focus publicado pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2025, mensuramos os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras, de acordo com as expectativas de mercado que indicavam as seguintes variações nas taxas de juros:

		Taxa de fechamento	
		2026	2025
Taxa CDI		12,3%	15,0%
Variação			-2,8%

		Controladora		
		31.12.2025		
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 9)	CDI	-2,8%	38.450	(1.057)
Total			38.450	(1.057)

		Controladora		
		31.12.2025		
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	CDI	-2,8%	(51.490)	1.416
Contas a pagar aquisição	CDI	-2,8%	(61.760)	1.698
Total			(113.250)	3.114

			Consolidado	
			31.12.2025	
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 9)	CDI	-2,8%	42.238	(1.162)
Total			42.238	(1.162)
			Consolidado	
			31.12.2025	
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	CDI	-2,8%	(61.198)	1.683
Contas a pagar aquisição	CDI	-2,8%	(64.657)	1.778
Total			(125.855)	3.461

34 Compromissos futuros

O Grupo possui compromissos firmados de estoques para entregas futuras, que referem-se substancialmente a acordos de compras firmados antecipadamente com produtores de farináceos, principalmente milho, com o objetivo de assegurar o fornecimento de matéria-prima para o processo produtivo do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía compromissos de compras futuras no montante de R\$ 22.609, tanto na controladora quanto no consolidado, os quais não se encontram reconhecidos nas demonstrações financeiras nessa data, uma vez que ainda não ocorreu a transferência dos riscos e benefícios significativos dos estoques. Tais operações serão reconhecidas contabilmente no momento da efetiva transferência desses riscos e benefícios para o Grupo.

* * *

Diretor Presidente
José Aidar Neto

Diretor Administrativo Financeiro
Marcelo Giugliano

Contador
Alex Paulo de Souza Lima Contador
CRC SP-81291/S